

Brasil

ECONOMIA - BRASIL

Planejamento Lei de Diretrizes Orçamentárias prevê que o superávit de 2004 deverá ser de 4,25% do PIB

Governo adota política fiscal anticíclica



RUY BARON/VALOR

César Felício
De Brasília

O superávit primário do setor público para 2004 será de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), o mesmo valor estabelecido para este ano. A mesma meta irá vigorar para 2005 e 2006, mas com possibilidade de revisões, afirmou ontem o ministro do Planejamento, Guido Mantega, ao anunciar as linhas gerais do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano que vem, que será entregue ao Congresso na terça-feira. Mantega disse que o governo irá introduzir um "dispositivo anticíclico", que poderá alterar a meta de superávit, conforme a variação do crescimento do PIB. Com as metas fiscais para os próximos anos, Mantega crê que ao final de 2006 a dívida líquida do setor público cairá para algo entre 47% e 48% do PIB.

O "dispositivo anti-cíclico", de acordo com o ministro, existe em países como Chile e França. Em 2004, com previsão de crescimento de 3,5%, não será aplicado. A ideia do governo é reter em 2005 recursos

produzidos por um eventual excesso de arrecadação, que poderá ocorrer caso o crescimento do PIB seja maior que os 4% previstos para ano. Estes recursos não seriam gastos, formando um fundo para investimentos sociais no ano seguinte.

Caso o crescimento do PIB não atinja 4%, contudo, o "dispositivo anti-cíclico" entraria em ação, com a redução da meta do superávit primário. Mantega não disse que qual seria a proporção para redução da meta. "Isto ainda terá que ser detalhado." O mesmo mecanismo valerá para 2006, em que a previsão de crescimento do PIB é de 4,5%. Na prática, a adoção do dispositivo dará condições ao governo de até ultrapassar a meta de 4,25% em 2005, já que o possível excedente de arrecadação não será gasto no mesmo ano. "O objetivo desta estratégia é manter a relação dívida / PIB em queda, de modo que ela esteja abaixo de 50% até 2006, final do governo Lula, ou pelo menos do primeiro governo de Lula", afirmou Mantega, deixando clara a intenção do presidente em se reeleger.

A possibilidade de criação deste

mecanismo "anti-cíclico" já havia sido discutida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva antes de sua posse, quando ele recebeu o secretário-geral do governo do Chile, Hernando Muñoz. O FMI chegou a ser sondado em meados de 2002, pelo governo FHC, sobre essa possibilidade e não colocou objeções na introdução de um instrumento como este no futuro. Ontem, contudo, Mantega disse que o FMI não foi consultado agora.

Para a criação deste mecanismo, o governo terá que desenvolver uma negociação política, já que hoje não é possível transferir recursos de um exercício financeiro para outro. Mas o ministro não entrou em detalhes sobre como isto será feito, afirmando que o anúncio de ontem era só para divulgar "os princípios e as diretrizes gerais".

Mantega afirmou que a justificativa para a manutenção de uma meta de superávit alta para 2004 era uma medida de cautela. "Precisamos consolidar a melhoria da nossa situação. É pouco tempo para dizer que o Brasil é um país sólido e equilibrado", disse. Segundo ele, o arrocho fiscal abrirá caminho para uma re-

dução mais rápida da taxa de juros. "Estamos tentando um ajuste fiscal mais forte para diminuir a rigidez monetária. Só o anúncio da manutenção da meta em 2004 já consolidou a confiança no governo."

Para justificar as projeções do crescimento do PIB, Mantega disse que parte do princípio que as reformas previdenciária e tributária serão aprovadas pelo Congresso ainda este ano, de modo a entrar em vigor em 2004. De acordo com o ministro, um crescimento de 3,5% tornará o contingenciamento orçamentário menos drástico no próximo ano, mesmo com os 4,25% de meta de superávit primário. "O aperto será igual em termos. Vamos operar com o mesmo superávit, mas com folga maior para investimentos, já que a reforma tributária permitirá o crescimento dos recursos para isto".

A meta de juros nominais para os próximos anos, que estará na LDO, não foi anunciada ontem pelo ministro, que deverá divulgá-la na terça-feira. A criação do dispositivo e os números globais da lei foram definidos ontem, em uma reunião comandada pelo próprio presidente.

Mantega: meta elevada de superávit para consolidar melhoria da situação